



ATA Nº 4158

Aos vinte e oito dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, com início às dezenove horas, tendo por local o Plenário da Câmara Municipal de Vereadores desta cidade, realizou-se uma **SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA**, a vigésima quarta Sessão Ordinária da Sessão Legislativa do ano de dois mil e vinte e seis. O Presidente desta Casa, Vereador Leonardo André Krindges, fez uma saudação aos colegas Vereadores e Vereadoras. Estendeu os cumprimentos a todos os que nos acompanham pelas redes sociais e as pessoas que se fazem aqui presentes. Desejando boas-vindas a todos. Iniciando a Sessão, o Presidente Vereador Leonardo André Krindges, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão Plenária Ordinária. Verificado o quórum regimental, registrou-se a presença dos seguintes Vereadores: Leonardo André Krindges (PSDB); Gelci Salete Baudino de Moura (Progressistas), Odelei Backes (Progressistas), Cassiano Dreifke da Silva (Progressistas), Gilmar Castanho (Progressistas), Marlei Ritterbusch (Progressistas), Maico Roberto Hermes (PDT); Marlene Soares (PL) e Agenor Finck (MDB). Em seguida, o Presidente Vereador Leonardo Krindges, convidou o Vereador Odelei Backes para procedeu à leitura de uma passagem do Livro Sagrado. Após, o Presidente colocou em discussão a **Ata nº 4157** da Sessão Ordinária realizada aos vinte e um dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis. Não havendo quem quisesse se manifestar, a Ata acima mencionada foi colocada em votação, tendo sido **APROVADA** por unanimidade de votos. Dando prosseguindo aos trabalhos, o Presidente anunciou o início da Primeira Fase da Sessão, ou seja, do **PEQUENO EXPEDIENTE**, com duração de até 30 (trinta minutos) improrrogáveis, que corresponde à leitura das correspondências expedidas e recebidas pelo Poder Legislativo e, de imediato, solicitou para a Primeira-Secretária, Vereadora Marlei e, ao Segundo-Secretário, Vereador Odelei, para procederem a leitura das correspondências. Foram lidas as seguintes matérias, que serão encaminhadas às Comissões competentes para estudo e posterior votação: **PROJETO DE LEI Nº 033/2026** - “Autoriza a abertura de crédito adicional especial no orçamento do Município, indica recursos e dá outras providências”; **PROJETO DE LEI Nº 034/2026** - “Autoriza a abertura de crédito adicional especial no orçamento do Município, indica recursos e dá outras providências”. Após a leitura do projeto o Presidente colocou em votação o pedido de Regime de Urgência do projeto, tendo sido Aprovado por unanimidade de votos. **PROJETO DE LEI Nº 035/2026** - “Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento do Município, indica recursos e dá outras providências”. Após a leitura do projeto o Presidente colocou em votação o pedido de Regime de Urgência do projeto, tendo sido Aprovado por unanimidade de votos. Após a leitura do projeto o Presidente colocou em votação o pedido de Regime de Urgência do projeto, tendo sido Aprovado por unanimidade de votos. **PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 006/2026** de autoria dos Vereadores Agenor Finck (MDB) e Maico Roberto Hermes (PDT) - “Denomina de Rua “Verissimo Amado” uma via pública situada no Município de Chapada/RS”. Entre as



matérias foi lida a seguinte, a qual será enviada ao Poder Executivo, atendendo solicitação do Nobre Edil: **RECOMENDAÇÃO Nº 014/2026** de autoria do Vereador Cassiano Dreifke da Silva (Progressistas) que sugere ao Poder Executivo analise a possibilidade de realizar um estudo técnico de identificação dos locais de inundação nas saídas da cidade e nas áreas e alagamento e enchentes causadas pelo grande volume de chuvas que atingem as estradas Municipais e planeje obras estruturantes para evitar os bloqueios de estradas que impossibilitam a travessia dos veículos”. Dando prosseguimento aos trabalhos, o Presidente declarou encerrado o Pequeno Expediente e anunciou o início da Segunda Fase da Sessão, denominada **GRANDE EXPEDIENTE**, nos termos do Art. 113, do Regimento Interno da Câmara Municipal. Seguindo a ordem de inscrição, ocuparam a Tribuna os Vereadores Maico Roberto Hermes, Agenor Finck, Cassiano Dreifke da Silva, Odelei Backes e Maico Roberto Hermes. Os Vereadores Gelci Baudino de Moura, Leonardo André Krindges, Marlei Inês Ritterbusch e Marlene Soares dispensaram o uso da Tribuna. Primeiramente, o Presidente concedeu a palavra para o **VEREADOR AGENOR FINCK**, que falou o seguinte: O Vereador Agenor Finck iniciou seu pronunciamento saudando o presidente da Casa, os colegas vereadores, as pessoas presentes na sessão, o funcionário aposentado da Prefeitura Municipal Walter Dreyer, Sírío Gatterman e sua filha, a assessoria jurídica e os demais funcionários da Câmara. Informou que utilizaria a tribuna para abordar quatro temas, buscando fazê-lo dentro do prazo estabelecido. Em primeiro lugar, relatou que, em conversa com o colega vereador Maico Roberto Hermes, ambos tomaram a liberdade de sugerir o nome de um ex-funcionário da Prefeitura Municipal para homenagem. Destacou que a família possui uma longa tradição de serviços prestados ao município desde sua criação, mencionando o trabalho desenvolvido por Domingo Amado, Veríssimo Amado e José Amado ao longo da história da administração municipal. Solicitou o apoio dos demais vereadores para a indicação, afirmando que se trata de uma homenagem merecida a uma família que contribuiu durante os 67 anos de existência do município. Acrescentou que, além de Veríssimo Amado, seu filho Vanderlei também trabalhou na Prefeitura Municipal. Na sequência, informou que também havia protocolado outra proposição, que não foi lida na sessão devido a um lapso de tempo. Explicou que, para a aprovação da indicação, o Regimento exige um período de três meses após o falecimento da pessoa homenageada. Informou que a proposta é denominar o Centro de Convivência que está em construção, localizado atrás do ginásio, na comunidade de Santa Lúcia, com o nome de Wilson Alfredo Koch. Ressaltou que Wilson Alfredo Koch foi duas vezes vice-prefeito do município e presidiu o grupo da terceira idade em diversas oportunidades. Esclareceu que a proposição respeita o prazo regimental e representa mais uma sugestão apresentada por seu gabinete. Em seguida, dirigiu-se ao vereador Cassiano Dreifke da Silva, afirmando que havia anotado sua sugestão e que ela era bastante oportuna, especialmente porque tramita na Câmara o Projeto nº 34, que prevê investimento superior a setecentos mil reais para manutenção e conservação de estradas vicinais. Destacou que todos os chapadenses



conhecem os principais pontos de estrangulamento do município, citando a saída para Santana, a saída para Boi Preto, a saída para Vila Rica, o trecho após a ponte da Taquara, o local conhecido como Wilson, a descida próxima à propriedade do falecido Bonacina, da Claudete, além do trecho próximo ao Jorge, na subida para Cachoeirinha. Informou que esse levantamento já está realizado e declarou apoio à sugestão apresentada pelo colega vereador no sentido da execução de obras. Defendeu, especialmente, a construção de duas galerias para minimizar os problemas de acesso durante períodos de chuva. Explicou que uma delas deveria ser construída antes do poço da Corsan, na saída para Boi Preto, acompanhada da colocação de cargas de saibro e pedra para elevar a estrada em aproximadamente dois metros. Segundo o vereador, essa intervenção garantiria passagem permanente, pois a água nunca ultrapassou a ponte naquele local, assegurando o acesso tanto para Boi Preto quanto para Santana, especialmente em situações de emergência relacionadas à saúde. Ressaltou que a medida se torna ainda mais importante diante das previsões meteorológicas que indicam um ano com elevado volume de chuvas. Como segunda intervenção, sugeriu a instalação de uma galeria logo após a ponte da Taquara, na área que anteriormente pertencia à família Síveres e atualmente pertence à família Fachenda. Explicou que seria necessário abrir uma vala, instalar uma galeria de aproximadamente dois metros ou pouco mais e elevar o nível da estrada. Avaliou que, com essa obra, dificilmente haveria problemas de interrupção do tráfego, garantindo o acesso aos distritos de Vila Rica, Boi Preto e Santana por esse trajeto. Reiterou que se aliava à sugestão apresentada pelo vereador Cassiano, destacando que já havia planejado abordar esse assunto em seu pronunciamento. Por fim, fez referência aos projetos que estão em tramitação na Câmara de Vereadores. Recordou que apresentou uma sugestão para que os atuais aposentados não sejam penalizados com uma nova contribuição previdenciária. Defendeu que seja respeitado o teto estabelecido pelo INSS, sem reduzir o limite para dois salários mínimos, medida que atingiria a maioria dos aposentados. Reconheceu que essa alteração poderia implicar na necessidade de um novo cálculo atuarial, mas ressaltou que esse cálculo deve ser realizado anualmente. Afirmou que o município não realiza concurso público desde 2015, lembrando que o último certame foi revalidado para 2017, depois para 2019, e que, desde então, nenhum novo concurso foi promovido. Avaliou que essa situação decorreu da omissão dos gestores responsáveis pelo fundo previdenciário e pela administração municipal. Embora reconhecesse não possuir poder de decisão sobre o assunto, afirmou que o problema poderia ter sido trazido anteriormente para debate na Câmara, destacando que, já no primeiro mês de seu mandato, alertou que o fundo enfrentava dificuldades. Segundo o vereador, muitas pessoas acreditavam que o fundo possuía cerca de setenta milhões de reais, sem considerar que apresentava um déficit de sessenta e sete milhões. Para exemplificar sua argumentação, informou que um agente administrativo possui salário inicial de R\$ 2.971,52. Explicou que, considerando a contribuição de 16,44% da Prefeitura e de 14% do servidor, totalizando 30,44%, somente durante o atual governo teriam



sido arrecadados R\$ 76.879,10 caso esse servidor tivesse sido contratado. Acrescentou que, desde 2015, esse valor alcançaria R\$ 58.970,50, totalizando aproximadamente R\$ 135 mil incorporados ao fundo previdenciário, o que, segundo sua avaliação, contribuiria para reduzir o déficit existente. Prosseguindo com os exemplos, afirmou que, no caso de um motorista, o fundo teria recebido aproximadamente R\$ 99.150, enquanto, para um médico veterinário, o valor alcançaria R\$ 178.987. Diante desses números, sustentou que não basta apenas promover uma reforma previdenciária penalizando aposentados e servidores que possuem direito adquirido. Defendeu que a realização de concursos públicos é uma medida indispensável para viabilizar o equilíbrio do regime próprio de previdência e assegurar a sustentabilidade do sistema. Ao final, agradeceu a atenção de todos. De imediato, o Presidente concedeu a palavra para o **VEREADOR CASSIANO DREIFKE DA SILVA**, que falou o seguinte: O Vereador Cassiano Dreifke da Silva iniciou seu pronunciamento saudando o presidente Leonardo André Krindges. Em seu nome, cumprimentou os demais colegas vereadores, o assessor jurídico Marlon, as servidoras da Câmara que prestam assessoria aos trabalhos legislativos, as pessoas que acompanhavam a sessão pelo Facebook e pelo YouTube, além de fazer uma saudação especial ao senhor Sírío Gatterman, sua filha e ao senhor Walter Dreyer, dando-lhes as boas-vindas à Câmara de Vereadores. Iniciou sua fala comentando sobre a recomendação de sua autoria apresentada na sessão. Destacou que o Rio Grande do Sul vem enfrentando severas intempéries climáticas e que o município também sofre frequentemente com problemas causados pelas chuvas intensas e enchentes. Recordou que, conforme mencionado pelo vereador Agenor Finck, existem diversos pontos críticos no município que ficam comprometidos durante esses períodos. Diante disso, propôs que a Administração Municipal, por meio de seus engenheiros, realize um estudo técnico para identificar as soluções necessárias para eliminar esses problemas de forma definitiva. Ressaltou que se tratam de ligações importantes do município e que, durante as cheias, muitas pessoas acabam ficando isoladas. Defendeu que, após a elaboração do estudo e dos projetos, o município busque recursos para a execução das obras, colocando-se à disposição para auxiliar nessa busca, seja por meio de emendas parlamentares ou por intermédio da Defesa Civil, que, em razão dos eventos climáticos recentes, vem disponibilizando recursos aos municípios justamente para a recuperação e prevenção de danos provocados por enchentes. Na sequência, abordou os projetos relacionados ao regime próprio de previdência dos servidores públicos municipais. Afirmou que se trata de um tema bastante complexo e reconheceu que as medidas propostas implicarão em custos para o funcionalismo público, situação que, segundo ele, ninguém deseja. Entretanto, destacou que o problema não surgiu recentemente. Concordeu com a manifestação do vereador Agenor Finck ao afirmar que a ausência de concursos públicos contribuiu para o agravamento da situação. Informou que existe um entendimento entre os vereadores para que não sejam aprovados novos processos seletivos no próximo ano, justamente com o objetivo de incentivar a realização de concurso



público. Acrescentou que o prefeito assumiu esse compromisso perante os vereadores e manifestou confiança de que o concurso será realizado. Contudo, ressaltou que apenas a realização de concurso público não será suficiente para solucionar o problema da previdência, sendo necessária também uma mudança na reforma tributária. Prosseguindo, lembrou que o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) foi criado em 1990, durante a administração do então prefeito Agenor Finck. Explicou que, naquela época, as alíquotas de contribuição foram estabelecidas em percentuais baixos, reconhecendo que, provavelmente, eram as condições possíveis naquele momento. Observou que a primeira alteração ocorreu apenas em 1998 e que um novo reajuste aconteceu somente em 2004. Diante desse histórico, afirmou que o problema é resultado de um processo acumulado ao longo dos anos e que não é justo atribuir a responsabilidade exclusivamente a uma única administração ou gestor. Enfatizou que a realidade atual exige responsabilidade por parte de todos. Reafirmou que não gostaria de ver os servidores públicos arcando com novos custos, porém alertou que, caso nenhuma medida seja adotada agora, existe o risco de que os servidores que se aposentarem nos próximos anos não encontrem recursos suficientes para garantir o pagamento de seus benefícios previdenciários. Por isso, defendeu que a questão seja tratada com seriedade, mesmo reconhecendo a delicadeza do tema. Esclareceu ainda que o projeto encaminhado não foi elaborado exclusivamente pelo Poder Executivo, mas sim construído a partir das discussões realizadas pelo Conselho do RPPS, composto por representantes do funcionalismo público e do Executivo Municipal. Informou que foi promovida uma reunião para tratar do assunto, da qual participaram apenas 90 servidores públicos, entre um total de 374 segurados. Avaliou que aquele encontro representava uma oportunidade para que os servidores apresentassem suas manifestações, opiniões e sugestões, defendendo que todos também precisam assumir suas responsabilidades quando lhes é dada essa oportunidade de participação. Na sequência, apresentou uma sugestão ao Conselho do RPPS para que amplie a transparência na gestão dos recursos previdenciários. Defendeu que sejam divulgados, anualmente, os resultados financeiros obtidos pelo fundo, bem como os rendimentos alcançados com os investimentos. Sugeriu, ainda, que essas informações possam ser apresentadas à Câmara de Vereadores ou que a gestora do RPPS, Lu, seja convidada para prestar esclarecimentos diretamente aos servidores públicos. Justificou que os recursos pertencem aos próprios servidores e, por isso, devem ser amplamente divulgados. Ressaltou que a transparência é a medida mais séria e prudente que pode ser adotada. Em seguida, agradeceu ao Poder Público pelas melhorias realizadas no Bairro Progresso, mais especificamente na localidade conhecida como Sutil. Recordou que já havia comentado anteriormente sobre a situação daquele trecho, que apresentava riscos à população. Destacou que a obra ficou muito bem executada, proporcionando mais segurança aos moradores e contribuindo também para o embelezamento do bairro. Ao encerrar seu pronunciamento, manifestou solidariedade à família de Valentim, dirigindo um abraço especial aos amigos Ezequiel e Fran. Afirmou não ser



possível imaginar a dor enfrentada pela família naquele momento e desejou que Deus lhes concedesse força para superar essa perda. Também lamentou o falecimento do senhor Crido Maggioni, ressaltando que foi uma pessoa que muito contribuiu com o município e era bastante querida pela comunidade. Por fim, registrou pesar pelo falecimento de sua amiga Nilce Machado de Moraes, moradora do Bairro Progresso, igualmente descrita como uma pessoa muito estimada. Sugeriu que a Câmara encaminhasse ofícios de pesar, em nome de todos os vereadores, às famílias enlutadas. Finalizou agradecendo a atenção de todos, desejando uma boa noite e deixando um grande abraço à comunidade. Prosseguindo, o Presidente concedeu a palavra para o **VEREADOR GILMAR CASTANHO**, que falou o seguinte: O Vereador Gilmar Castanho iniciou seu pronunciamento saudando o presidente da Casa, vereador Leonardo André Krindges. Em seu nome, cumprimentou os demais colegas vereadores, o assessor jurídico, doutor Marlon, os funcionários da Câmara, as pessoas presentes na sessão, entre elas a família Gatterman e o senhor Walter Dreyer, além daqueles que acompanhavam os trabalhos pelo Facebook e pelo YouTube. Inicialmente, destacou as fortes chuvas que voltaram a atingir o Rio Grande do Sul. Ressaltou que, mais uma vez, a agricultura está sendo penalizada pelos temporais, pelas chuvas intensas, pelos ventos e pelo granizo. Observou que todos os que vivem da agricultura sabem que o excesso de chuva provoca a perda de nutrientes do solo, tornando necessário um investimento ainda maior para recuperar sua fertilidade e manter a produção agrícola. Explicou que, caso esse investimento de recuperação não seja realizado antes do plantio, a consequência será uma redução na produtividade das lavouras, comprometendo diretamente a renda dos agricultores. Afirmou que os problemas continuarão persistindo na agricultura enquanto não houver medidas efetivas para enfrentar essa realidade. Na sequência, criticou a atuação do Governo Federal em relação aos produtores rurais. Declarou que o governo não demonstrou interesse em atender às necessidades do setor agrícola e trabalhou contra o Projeto de Lei nº 5.122, que tratava da securitização das dívidas rurais. Segundo o vereador, essa proposta possibilitaria solucionar os problemas enfrentados pelos produtores, especialmente no que se refere à renegociação das dívidas acumuladas em razão das dificuldades climáticas. Prosseguiu afirmando que, em vez de aprovar o projeto, o Governo Federal editou uma medida provisória limitada, concedendo aos bancos autonomia para decidir quais produtores realmente necessitam de apoio financeiro e quais não necessitam. Acrescentou que a medida também reduziu o prazo para negociação das dívidas dos produtores rurais, o que, em sua avaliação, agravará ainda mais a situação do setor agrícola. Destacou que, diante desse cenário, a agricultura continuará enfrentando dificuldades, assim como o comércio e os próprios municípios, já que os efeitos das intempéries climáticas persistem no Rio Grande do Sul. Afirmou que os produtores rurais estão cada vez mais descapitalizados, o que compromete a economia local e reduz a capacidade de investimento no campo. Acrescentou que essa situação contribui para o aumento do êxodo rural, levando muitos agricultores a deixarem



suas propriedades para buscar oportunidades nas cidades. Avaliou que esse processo prejudica tanto o meio rural quanto o urbano, uma vez que aumenta a concorrência por empregos nas cidades e interrompe o sonho de muitos produtores de permanecerem no campo. Salientou que, embora a maioria dos agricultores deseje continuar vivendo e produzindo na área rural, muitos acabam sendo obrigados a abandonar essa atividade devido às dificuldades enfrentadas. Em seguida, passou a abordar a necessidade de reformas no fundo de aposentadoria dos servidores públicos municipais. Informou que é servidor concursado há quase vinte anos, tendo também atuado como cargo em comissão e agente de saúde. Afirmou que, durante toda sua trajetória no serviço público, sempre ouviu discussões sobre as dificuldades enfrentadas pelo fundo previdenciário, ressaltando que esse problema não surgiu recentemente. Defendeu que chegou o momento de buscar uma solução definitiva para o fundo de aposentadoria. Reconheceu que muito se fala na realização de concursos públicos, porém afirmou que apenas a realização de concursos, sem a aprovação da reforma previdenciária, tornaria inviável a recuperação financeira do fundo. Sustentou que a reforma é indispensável para enfrentar o elevado déficit atualmente existente. Dirigindo-se ao vereador Agenor Finck, lembrou que o fundo previdenciário está em funcionamento há aproximadamente 36 anos. Observou que, nesse período, Agenor Finck exerceu dois mandatos como prefeito, Carlos Catto administrou o município por quatro mandatos e a atual administração caminha para completar doze anos. Diante desse histórico, questionou por que o problema não foi solucionado anteriormente, afirmando que essa realidade demonstra a complexidade da situação. Ressaltou que não basta fazer discursos ou apresentar propostas que classificou como demagógicas e eleitoreiras, ignorando os problemas atuais enfrentados pelo fundo. Afirmou que a situação foi amplamente apresentada aos servidores públicos e que a grande maioria compreende a necessidade da reforma, reconhecendo que, caso nenhuma alteração seja realizada, os problemas continuarão se agravando. Acrescentou que, mesmo com a realização de concurso público nos próximos anos, aproximadamente sessenta servidores estarão aptos à aposentadoria, o que continuará pressionando as contas do fundo previdenciário. Explicou que o sistema se torna financeiramente desequilibrado quando um servidor contribui por menos de trinta anos e, posteriormente, permanece recebendo aposentadoria por período superior a esse, considerando o aumento da expectativa de vida da população. Afirmou que essa realidade demonstra que as contas não fecham e que existem apenas duas alternativas: enfrentar o problema por meio da reforma ou manter a situação como está. Ressaltou que, mesmo com todas as mudanças propostas, o fundo ainda continuará apresentando déficit, reforçando a necessidade de responsabilidade por parte dos gestores e dos vereadores. Reconheceu que o tema é delicado, especialmente por envolver colegas servidores já aposentados, mas defendeu que é preciso enfrentar a realidade com maturidade e responsabilidade. Declarou que as decisões não podem ser tomadas pensando apenas no momento atual, mas também nas futuras gerações de servidores públicos que



dependerão do sistema previdenciário. Afirmou que muitos dos problemas existentes decorrem justamente da falta de planejamento em administrações anteriores e de decisões tomadas com foco exclusivamente eleitoral ou em interesses individuais. Defendeu que o debate deve considerar o conjunto dos servidores, tanto os aposentados quanto aqueles que ainda irão se aposentar nos próximos anos. Relatou que ele próprio deverá contribuir por aproximadamente quarenta anos para garantir sua aposentadoria e que, mesmo após se aposentar, continuará contribuindo para o fundo. Questionou se seria justo exigir que os servidores mais recentes arquem com os custos necessários para garantir tanto as aposentadorias atuais quanto as futuras, enquanto outros permaneceram menos tempo contribuindo. Por fim, apelou aos colegas vereadores para que analisem a proposta com responsabilidade e pensando no futuro do município. Ressaltou que a iniciativa da reforma não partiu exclusivamente dos agentes políticos, mas de uma comissão formada pelos próprios servidores públicos, que concluiu ser indispensável promover mudanças para evitar o colapso do fundo previdenciário. Acrescentou que a realização do concurso público foi adiada justamente porque a administração aguardava a definição da reforma, inicialmente esperando uma legislação federal sobre o tema. Como essa mudança não ocorreu, informou que foram realizados estudos técnicos e reuniões com os servidores, que definiram o modelo apresentado ao Legislativo. Finalizou afirmando que os gestores públicos precisam pensar no futuro, pois, caso contrário, estarão sendo incompetentes na administração, encerrando seu pronunciamento agradecendo a atenção de todos. Prosseguindo, o Presidente concedeu a palavra para o **VEREADOR ODELEI BACKES**, que falou o seguinte: O Vereador Odelei Backes iniciou seu pronunciamento saudando o presidente da Casa, os colegas vereadores, o assessor jurídico, as servidoras da Câmara, as pessoas que acompanhavam a sessão pelas redes sociais, além do senhor Sírío Gatterman, sua filha e do senhor Walter Dreyer, presentes no plenário. Inicialmente, comentou sobre uma reunião da qual participou na semana anterior, juntamente com o PODE, destacando que o tema abordado foi a suinocultura. Relatou que considerou o assunto muito interessante, principalmente por sua relação com a sucessão familiar no meio rural. Afirmou que, embora não tivesse amplo conhecimento técnico sobre a atividade, destacou que o vereador Agenor Finck possui maior experiência na área. Ressaltou que os dados apresentados durante o encontro chamaram sua atenção pela forma como funciona a produção de proteína animal. Informou que o município, por meio da Câmara Técnica, convidou o técnico Celso para apresentar informações sobre a atividade. Segundo o vereador, foram apresentados números bastante relevantes sobre a viabilidade da suinocultura como alternativa econômica para os produtores rurais. Observou que, diante das dificuldades enfrentadas pelos agricultores em razão das chuvas que prejudicam as lavouras de soja e milho, especialmente para os pequenos produtores, a suinocultura representa uma importante possibilidade de diversificação da produção no município. Destacou que o principal desafio para a expansão da atividade é a disponibilidade de mão de obra qualificada,



ressaltando que não se trata de um trabalho que qualquer pessoa consiga desempenhar sem preparo. Informou que a professora Rejane e o senhor Alcino estão organizando ações para orientar os interessados, explicando o funcionamento da atividade, os aspectos econômicos envolvidos e promovendo visitas técnicas a propriedades de outros municípios que já atuam na produção de suínos. Acrescentou que o técnico Celso também se colocou à disposição para colaborar nesse processo. Mencionou que Chapada possui diversos produtores experientes na área da suinocultura, citando como exemplos o vereador Agenor Finck, Fidelis Rohr, Décio Polla e outros produtores especializados. Incentivou as pessoas interessadas em investir na atividade a procurarem esses produtores para conhecerem suas experiências e avaliarem a suinocultura como uma alternativa de diversificação da produção e fortalecimento da sucessão familiar nas propriedades rurais. Em seguida, dirigiu um pedido à Administração Municipal referente à manutenção da ERS-330, no trecho que liga São Roque a Boi Preto. Relatou que percorreu a estrada durante o fim de semana e constatou que ela se encontra praticamente intransitável. Recordou que a Prefeitura já havia realizado serviços de patrolamento anteriormente, inclusive após solicitação apresentada na Câmara, e defendeu que uma nova intervenção seja realizada com urgência. Reconheceu que a responsabilidade pela manutenção da rodovia é do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER), mas afirmou que não tem observado providências por parte do órgão estadual. Diante disso, informou que pretende encaminhar novamente um pedido diretamente ao prefeito para que o município execute o patrolamento da estrada, considerando a importância da via para os moradores da região. Na sequência, passou a abordar a reforma do fundo de aposentadoria dos servidores públicos municipais, classificando o tema como polêmico e que exige muita responsabilidade. Declarou que também é servidor público e compreende as preocupações da categoria. Explicou que ingressou na Prefeitura após o ano de 2004 e que, em razão das mudanças previdenciárias, precisará trabalhar por mais tempo, terá sua aposentadoria calculada pela média das contribuições e sofrerá redução em sua remuneração futura. Apesar disso, afirmou compreender que essas medidas são necessárias para garantir a sustentabilidade do sistema. Afirmou que sua principal preocupação é assegurar que, ao se aposentar, exista dinheiro suficiente no fundo para garantir o pagamento de seu benefício. Recordou que o problema se originou desde a criação do fundo, em 1990, e que, ao longo das diversas administrações municipais, a situação foi se agravando gradativamente. Relatou que, apesar de estar há apenas um ano e meio como vereador, somente agora passou a compreender em profundidade o funcionamento do sistema previdenciário municipal. Explicou que apresentou uma emenda ao projeto na semana anterior com o objetivo de retirar a contribuição dos aposentados e pensionistas assim que o fundo voltar a apresentar superávit financeiro. Reconheceu que essa condição dificilmente será alcançada nos primeiros anos, mas demonstrou confiança de que a realização de concurso público contribuirá significativamente para melhorar a situação financeira do RPPS. Afirmou que a realização do



concurso é uma cobrança de todos os vereadores e avaliou que, ao longo dos anos, as diferentes administrações municipais não deram a devida atenção à situação do funcionalismo público nessa área. Ressaltou que o problema não é recente, mas resultado de muitos anos sem as medidas necessárias para garantir o equilíbrio previdenciário. Também destacou a importância da transparência no processo de discussão da reforma. Recordou que, em outubro de 2025, foi realizada a primeira reunião sobre o tema nas dependências da APAE, ocasião em que foram escolhidos representantes das áreas de Obras, Educação, Saúde, Administração e dos aposentados para acompanhar os estudos. Segundo o vereador, esses representantes passaram a compreender melhor o funcionamento da Previdência Municipal. Defendeu que o cálculo atuarial, realizado anualmente, seja sempre apresentado aos servidores públicos, permitindo que todos acompanhem a situação do fundo. Lamentou a baixa participação dos servidores nas reuniões, observando que apenas 90 dos 374 funcionários compareceram aos encontros para discutir um tema que afeta diretamente seus direitos. Ressaltou que, quando se trata do próprio patrimônio e da aposentadoria, é fundamental que haja maior participação dos interessados. Reconheceu que a reforma é dolorosa, inclusive para ele próprio, pois terá de trabalhar por mais tempo e acredita que ainda será alcançado por novas mudanças previdenciárias no futuro. Argumentou que não adianta aprovar uma reforma muito branda se, em pouco tempo, será necessário promover outra alteração. Defendeu que a reforma atual seja suficientemente consistente para garantir maior estabilidade ao sistema. Por fim, reiterou sua confiança de que a combinação entre a reforma previdenciária e a realização de concurso público contribuirá para fortalecer o fundo de aposentadoria. Reafirmou que sua emenda busca retirar a contribuição dos aposentados assim que houver superávit financeiro, reconhecendo que os inativos são os que mais sofrem, principalmente porque possuem maiores despesas com saúde e menor possibilidade de complementar a renda. Finalizou afirmando que, apesar das dificuldades, é preciso agir com responsabilidade para garantir que o fundo de previdência tenha saúde financeira e permaneça sustentável para as atuais e futuras gerações de servidores, agradecendo a atenção de todos e encerrando seu pronunciamento. Por fim, o Presidente concedeu a palavra para o **VEREADOR MAICO ROBERTO HERMES**, que fez o seguinte discurso O Vereador Maico Hermes iniciou seu pronunciamento saudando o presidente da Casa, vereador Leonardo André Krindges, os demais colegas vereadores, o assessor jurídico, os servidores da Câmara, o senhor Walter Dreyer, o senhor Sírío Gatterman, sua filha, e todas as pessoas que acompanhavam a sessão por meio das redes sociais, desejando boa noite a todos. Iniciou sua manifestação abordando a situação do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), afirmando que há muito tempo vem cobrando providências relacionadas ao Fundo de Aposentadoria dos Servidores. Recordou que, quando foi apresentado o projeto referente ao IPE Saúde, já alertava que as mudanças retiravam direitos dos servidores públicos, destacando que muitos funcionários passaram a ficar descobertos pelo plano de saúde em razão do



aumento dos custos, que, segundo ele, impactaram significativamente o orçamento dos servidores. Na sequência, afirmou que o fundo de aposentadoria também passou a preocupar a partir de 2019. Explicou que, desde então, os recursos financeiros disponíveis começaram a ser utilizados para custear o pagamento das aposentadorias, reduzindo gradativamente o patrimônio do fundo e agravando sua situação financeira. Citou o exemplo do município de Coqueiros do Sul, afirmando que a administração local enfrentava problema semelhante no fundo previdenciário, mas que a realização de concurso público contribuiu para solucionar a situação. Informou que conversou com gestores daquele município, os quais relataram que essa medida foi determinante para melhorar o equilíbrio financeiro do RPPS. Ressaltou que, há seis anos, vem cobrando a realização de concurso público em Chapada e defendeu que essa medida deveria ter sido adotada anteriormente. Observou, entretanto, que, mesmo com a reforma previdenciária em discussão, ainda não é possível prever quais serão os resultados efetivos da realização de um concurso público. Afirmou que ninguém possui condições de antecipar esses números e avaliou que o Poder Executivo falhou ao não promover o concurso antes. Destacou que atualmente existe uma proporção de aproximadamente 1,3 servidor ativo para cada aposentado, quando, segundo ele, o ideal seria uma relação de três servidores ativos para cada beneficiário do fundo. Relatou que, conforme informações apresentadas pela gestora Luciana, os cálculos atuariais eram regularmente encaminhados ao prefeito municipal, mas, segundo sua avaliação, as decisões necessárias foram sendo adiadas ao longo dos anos. Declarou que a situação chegou a um ponto em que não há mais alternativas além da adoção de medidas para enfrentar o déficit existente. Parabenizou a equipe responsável pelos estudos realizados sobre o RPPS, reconhecendo o trabalho técnico desenvolvido e a forma como os dados foram apresentados aos vereadores. Apesar disso, afirmou que entende que as medidas propostas ainda não serão suficientes para solucionar completamente o problema, manifestando esperança de que a realização do concurso público contribua para melhorar os resultados do fundo. Na sequência, comentou a emenda ao projeto de lei mencionada pelo vereador Gilmar Castanho, que propõe alterar o limite de incidência da contribuição previdenciária dos aposentados. Explicou que a proposta é substituir o limite de dois salários mínimos, equivalente a R\$ 3.242,00, pelo teto do INSS, atualmente fixado em R\$ 8.475,55. Avaliou que essa alteração, por si só, também não resolverá a situação financeira do fundo, mas permitirá preservar o direito daqueles aposentados que já contribuíram durante toda a vida funcional. Acrescentou que, com essa alteração, apenas os aposentados que recebem acima do teto do INSS permaneceriam sujeitos à contribuição previdenciária, informando que, se não estivesse equivocado, apenas dois servidores se enquadrariam nessa situação. Ressaltou que uma contribuição de 14% representa um desconto significativo na renda dos aposentados, exemplificando que, sobre R\$ 1.000,00, o desconto corresponderia a R\$ 140,00. Afirmou que a reforma atualmente em discussão não será a última necessária para garantir a sustentabilidade do fundo, reconhecendo que novas alterações deverão ocorrer



futuramente. Contudo, atribuiu boa parte da situação atual ao longo período em que não foram realizados concursos públicos, ao aumento do número de aposentadorias e ao número insuficiente de servidores contribuindo para o sistema. Diante disso, declarou que, sem a aprovação da reforma, o problema não será solucionado. Dirigindo-se ao vereador Agenor Finck, manifestou apoio à emenda apresentada por ele, ressaltando que a proposta não possui caráter partidário, mas busca proteger os aposentados que já cumpriram suas obrigações previdenciárias conforme as regras vigentes à época de suas contribuições. Demonstrou expectativa de que a emenda seja acolhida pelos demais vereadores e aprovada pelo Legislativo, ao mesmo tempo em que defendeu a aprovação da própria reforma previdenciária. Em seguida, relatou que foi procurado por profissionais responsáveis pelos serviços de inseminação artificial no município, que reclamaram da demora no pagamento dos vales-sêmen por parte da Prefeitura. Informou que esses profissionais emitem as notas fiscais e adquirem previamente o material necessário para atender os produtores rurais, mas que, segundo os relatos recebidos, ainda não haviam recebido os pagamentos referentes ao mês anterior, mesmo estando prestes a emitir novas notas. Acrescentou que também foi procurado por proprietários de oficinas mecânicas que informaram possuir notas fiscais emitidas há aproximadamente sessenta dias sem que os pagamentos tivessem sido efetuados. Recordou que já apresentou pedido de informações à Prefeitura solicitando esclarecimentos sobre a disponibilidade de recursos financeiros em caixa. Destacou que os serviços relacionados ao vale-sêmen são fundamentais para a cadeia leiteira do município e relatou que foi cobrado por profissionais que atuam diretamente nas propriedades rurais, os quais lembraram que ele próprio havia destacado, durante a FERLACH, a importância da produção leiteira para Chapada. Segundo esses profissionais, apesar de contribuírem para o melhoramento genético dos rebanhos, os pagamentos deixaram de ocorrer com a regularidade observada anteriormente. Diante dessa situação, solicitou atenção especial do presidente da Câmara e do assessor jurídico para que possam dialogar com a Administração Municipal e buscar uma solução para o problema, evitando novos transtornos aos prestadores de serviço e ao próprio Poder Público. Na sequência, comentou o projeto de lei que propõe denominar a via perimetral localizada em frente à residência da família Amado com o nome de Veríssimo Amado. Defendeu que a homenagem é justa em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao município durante muitos anos como servidor público. Também mencionou a futura homenagem ao ex-vice-prefeito Wilson Alfredo Koch, destacando sua importante atuação em favor do município e da terceira idade. Solicitou ao presidente da Câmara que o projeto de lei seja preparado desde já, respeitando o prazo regimental de noventa dias após o falecimento, para que possa ser protocolado assim que o período legal for cumprido, demonstrando confiança de que a proposta contará com o apoio dos demais vereadores. Prosseguindo, informou que recebeu questionamentos de moradores sobre a praça prometida para ser construída atrás do ginásio, no Bairro Elite. Relatou que foi



informado de que já existiriam projeto e recursos destinados à obra, mas que, até o momento, sua execução ainda não ocorreu. Questionou em que estágio se encontra essa iniciativa. Também apresentou reivindicação encaminhada por Sadi Cairan, morador da comunidade de Bom Pastor, que relatou dificuldades de acesso à sua propriedade em razão das condições da estrada. Segundo o vereador, o morador informou que o mato está tão alto que ultrapassa a altura de seu veículo, dificultando a circulação. Esclareceu que não esteve pessoalmente no local, mas transmitiu a solicitação para que seja dada atenção especial à situação. Da mesma forma, registrou pedido encaminhado por Cláudio, da comunidade de Santana, que informou haver um bueiro entupido em frente à sua propriedade. Segundo o vereador, o problema já foi solicitado diversas vezes à Administração Municipal, sem que até o momento tenha sido solucionado. Ao encerrar seu pronunciamento, convidou toda a população de Chapada, bem como os demais vereadores, para participarem da festa da comunidade de Linha Bonita, que será realizada no próximo domingo. Lamentou que o calçamento de acesso ao pavilhão da comunidade, que havia sido previsto com recursos oriundos da Câmara de Vereadores durante a administração anterior, ainda não tenha sido executado. Manifestou expectativa de que novos recursos sejam destinados à obra para que o calçamento seja finalmente realizado. Finalizou agradecendo a atenção de todos e desejando uma boa noite. Após, o Grande Expediente, o Presidente desta Casa, **VEREADOR LEONARDO KRINDGES**, fez uso da palavra que iniciou sua manifestação comentando sobre a festa da comunidade de Linha Bonita, afirmando que a localidade merece os investimentos destinados a ela. Dirigindo-se ao vereador Maico Hermes, mencionou a questão do calçamento, lembrando que também há obras pendentes na Vila Rica e ressaltando que a comunidade conhece o compromisso assumido com sua execução. Recordou ainda a discussão sobre o calçamento da Linha Borges, contestando a afirmação de que a obra representaria benefício pessoal e garantindo que ela será concluída, assim como o calçamento da Linha Bonita, com novos recursos já destinados para sua continuidade. Em seguida, abordou a reforma do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), destacando que as mudanças são difíceis, mas necessárias. Parabenizou o Conselho responsável pelos estudos, a Administração Municipal e o prefeito Gelson Miguel Scherer pela coragem de encaminhar a proposta, observando que gestões anteriores não promoveram essa reforma, apesar dos alertas sobre o déficit do fundo. Defendeu que a reforma e o concurso público devem caminhar juntos, ressaltando que o processo foi conduzido com responsabilidade e que, embora a proposta não seja ideal, representa a melhor alternativa diante da realidade atual, admitindo que novas reformas poderão ser necessárias no futuro. Encerrado o Grande Expediente, o presidente declarou aberta a Terceira Fase da Sessão, que é a **ORDEM DO DIA**, e solicitou para que fosse feita a verificação do quórum, sendo constatado o mesmo. Dando continuidade aos trabalhos, o Presidente solicitou ao Segundo-Secretário Vereador Odelei Backes para que procedesse a leitura do parecer das Comissões sobre o **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 002/2026** que



“Estabelece o Plano de Benefícios do Regime Próprio de Previdência do Servidor Público do Município de Chapada”. **Parecer da Comissão de Constituição, Justiça, Cidadania e Bem Estar Social, sendo:** RELATORA: Vereadora Marlei Inês Ritterbusch, manifestou-se favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 002/2026, pois o mesmo é legal e constitucional e conforme parecer jurídico; REVISOR: Vereador Agenor Finck, manifestou-se favorável ao voto da Relatora; PRESIDENTE: Vereador Gilmar Castanho, manifestou-se favorável ao voto da Relatora. **Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Infraestrutura Urbana e Rural:** RELATOR: Vereador Cassiano Dreifke da Silva, manifestou-se favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 002/2026, conforme parecer jurídico; REVISOR: Vereadora Marlene Soares votou de acordo com o voto do Relator e parecer jurídico; PRESIDENTE: Vereadora Gelci Baudino de Moura, votou de acordo com o voto do Relator. Após, o Presidente declarou aberta a fase de discussão do Projeto de Lei Complementar nº 002/2026, não havendo nenhum Vereador inscrito. Em seguida, o Presidente colocou em votação o **Projeto de Lei Complementar nº 002/2026**, tendo sido **APROVADO** por unanimidade de votos. Dando continuidade aos trabalhos, o Presidente solicitou ao Segundo-Secretário Vereador Odelei Backes para que procedesse a leitura do parecer das Comissões sobre o **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 003/2026 e EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 001/2026** que “Dispõe sobre o Plano de Custeio do Regime Próprio de Previdência do Servidor Público do Município de Chapada”. **Parecer da Comissão de Constituição, Justiça, Cidadania e Bem Estar Social, sendo:** RELATORA: Vereadora Marlei Inês Ritterbusch, manifestou-se favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 003/2026, pois o mesmo é legal e constitucional e conforme parecer jurídico e contrário à Emenda nº 001/2026, estando as duas matérias aptas para ir à votação em Plenário; REVISOR: Vereador Agenor Finck, manifestou-se favorável ao projeto de lei complementar e emenda; PRESIDENTE: Vereador Gilmar Castanho, manifestou-se favorável ao projeto e contrário à Emenda. **Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Infraestrutura Urbana e Rural:** RELATOR: Vereador Cassiano Dreifke da Silva, manifestou-se favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 003/2026 e contrário à Emenda nº 001/2026,; REVISOR: Vereadora Marlene Soares votou de acordo com o voto do Relator; PRESIDENTE: Vereadora Gelci Baudino de Moura, votou de acordo com o voto do Relator. Após, o Presidente declarou aberta a fase de discussão do Projeto de Lei Complementar nº 003/2026 e Emenda Substitutiva nº 001/2026. Não havendo nenhum Vereador inscrito, de imediato, o Presidente colocou em votação a **Emenda Substitutiva nº 001/2026** que foi **REPROVADA** por maioria de votos. Votaram contra os seguintes Vereadores: Odelei Backes, Marlei Inês Ritterbusch, Gelci Baudino de Moura, Marlene Soares, Gilmar Castanho e Cassiano Dreifke da Silva. Votaram a favor os Vereadores Agenor Finck e Maico Roberto Hermes. Em seguida, o Presidente colocou em votação o **Projeto de Lei Complementar nº 003/2026**, tendo sido **APROVADO** por unanimidade de votos. Prosseguindo, o Presidente solicitou ao Segundo-Secretário Vereador Odelei Backes para que procedesse a leitura do parecer das Comissões sobre o **PROJETO DE**



LEI COMPLEMENTAR Nº 004/2026 que “Dispõe sobre a estrutura da Unidade Gestora do Regime Próprio de Previdência do Servidor Público do Município de Chapada”. **Parecer da Comissão de Constituição, Justiça, Cidadania e Bem Estar Social, sendo:** RELATORA: Vereadora Marlei Inês Ritterbusch, manifestou-se favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 004/2026, pois o mesmo é legal e constitucional e conforme parecer jurídico; REVISOR: Vereador Agenor Finck, manifestou-se favorável ao voto da Relatora; PRESIDENTE: Vereador Gilmar Castanho, manifestou-se favorável ao voto da Relatora. **Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Infraestrutura Urbana e Rural:** RELATOR: Vereador Cassiano Dreifke da Silva, manifestou-se favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 004/2026, conforme parecer jurídico; REVISOR: Vereadora Marlene Soares votou de acordo com o voto do Relator e parecer jurídico; PRESIDENTE: Vereadora Gelci Baudino de Moura, votou de acordo com o voto do Relator. Após, o Presidente declarou aberta a fase de discussão do Projeto de Lei Complementar nº 004/2026, não havendo nenhum Vereador inscrito. Em seguida, o Presidente colocou em votação o **Projeto de Lei Complementar nº 004/2026**, tendo sido **APROVADO** por unanimidade de votos. Não havendo mais matérias constante a Ordem do Dia, o Presidente encerrou esta fase e passou para a Quarta Fase, destinada as **COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES**, pelo tempo máximo de cinco minutos, vedado o aparte de acordo com o § 2º do Art. 58 do Regimento Interno. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a presente Sessão Plenária Ordinária, agradecendo a proteção de Deus. A Primeira-Secretária determinou que fosse lavrada a Ata, tendo após sido lida e aprovada por unanimidade de votos e será assinada pela Segunda-Secretária e pelo Senhor Presidente.

Chapada/RS, Plenário Annildo Becker, em 28 de julho de 2026.

Leonardo André Krindges
Presidente do Poder Legislativo

Marlei Inês Ritterbusch
Primeira-Secretária do Poder Legislativo